

CONTRATO Nº. 013/2022/SCCC/ALMT

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE MATO GROSSO E A FUNDAÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE MATO GROSSO.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, doravante denominada **CONTRATANTE**, com sede no Centro Político Administrativo, inscrita no CNPJ sob nº 03.929.049/0001-11, na Avenida André Antônio Maggi, Lote 06, Setor A, CPA, Edifício Governador Dante Martins de Oliveira, CEP 78049-901, Cuiabá – MT, neste ato representado pelo Senhor Presidente Deputado Eduardo Botelho e o Primeiro Secretário, Ordenador de Despesas - Deputado Max Russi, e de outro lado a **FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ nº. 97.324.271/0001-34, com sede na Rua Diogo Domingos Ferreira, nº. 390, Bairro Bandeirantes, CEP. 78.010-090, Cuiabá/MT., neste ato representada pelo Sr. Wesley Sanchez Lacerda, portador do RG nº. 1194477 SSP/DF e inscrito no CPF/MF nº. 568.455.881-04, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o que consta no Processo de Inexigibilidade nº. 003/2022 (Protocolo SGED nº. 2022/6530.5183-1) e sujeitando-se, ainda, às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e a Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2.000, demais normas que regem a espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente contrato, nos seguintes termos e condições:

1/20



**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Contrato é a contratação de vagas de pós-graduação e curso de extensão para continuação do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência nº. 010/2022 (Processo Inexigibilidade nº. 003/2022 - Protocolo SGED nº. 2022/6530.5183-1).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E VALORES

2.1 O curso tem o seguinte conteúdo programático e os respectivos valores dos serviços serão praticados conforme discriminação na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Pós-graduação Lato Sensu em Direito e Gestão do Agronegócio	20	R\$ 7.800,00	R\$ 156.000,00
02	Pós-graduação Lato Sensu em Direito Constitucional e Direito Administrativo	20	R\$ 9.000,00	R\$ 180.000,00
03	Curso de Extensão em Direito Eleitoral	30	R\$ 1.053,00	R\$ 31.590,00
Valor Total R\$ 367.590,00 (trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos e noventa reais)				

2.2. O valor total do Contrato é de **R\$ 367.590,00 (trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos e noventa reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DURAÇÃO E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1. A carga horária dos cursos de especialização Lato Sensu é de 360 (trezentos e sessenta) horas, e do curso de extensão é de 24 (vinte e quatro) horas, a serem realizadas no período de 12 (doze) meses;

3.1.1. O cronograma das aulas e os docentes estão descritos no Termo de Referência nº. 010/2022, item 8.

2/20



3.2. Os cursos deverão seguir a seguinte programação:

3.3. CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO ELEITORAL

3.3.1. CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS:

3.3.1.1. CANDIDATURAS E GARANTIAS ELEITORAIS

3.3.1.1.1. Direitos políticos passivos: fundamentalidade, condições de elegibilidade, hipóteses de inelegibilidade e incompatibilidade. Tratamento constitucional, infraconstitucional e desenvolvimento pelas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. Monopólio partidário para a apresentação de candidaturas: recrutamento e seleção de candidatos, democracia interna dos partidos políticos. Registro de candidatos: regras, cotas, documentos, impugnação. Garantias eleitorais: liberdade de voto, salvo-conduto, abuso de poder, força pública, prioridade aos partidos, sigilo do voto e anterioridade eleitoral.

3.3.1.2. PROPAGANDA ELEITORAL, PESQUISA ELEITORAL E FAKE NEWS

3.3.1.2.1. Resolução do TSE – propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições. Propaganda político-eleitoral. Tipos de propaganda política, propaganda eleitoral, meios de divulgação da propaganda, proibições de distribuição de brindes. Limites dos demais meios de propaganda. Pesquisa eleitoral, empresas que realizam pesquisas e registro junto à justiça eleitoral. Sistema de registro de pesquisas eleitorais. Importância, credibilidade e relevância das pesquisas eleitorais. Fake News e as regras para propaganda eleitoral na internet – 2022.

3.3.1.3. AÇÕES ELEITORAIS

3.3.1.3.1. Ações Eleitorais. Ação de impugnação de registro de candidato. Ação de investigação judicial eleitoral. Representação contra captação ilícita de sufrágio. Representação contra condutas vedadas. Representação contra captação e gastos ilícitos de recursos.

3.3.1.4. RECURSOS ELEITORAIS

3.3.1.4.1. Recursos Eleitorais. Teoria Geral dos Recursos e as especificidades do Direito Processual Eleitoral (celeridade x preclusão e a irrecorribilidade em apartado das decisões interlocutórias). As Instruções nº 0600745-58.2019.6.00.0000 e nº 0600748-13.2019.6.00.0000 (resoluções sobre representações eleitorais e sobre registro de candidatura) e a disciplina dos recursos nas Representações Eleitorais, nas Representações Especiais, nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral, nas Ações de Impugnação ao Pedido de Registro de Candidatura e nas Ações de Impugnação ao Mandato Eletivo. O Recurso Contra Diplomação. Os recursos eleitorais no projeto do Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021).

3.3.1.5. CRIMES ELEITORAIS

3/20





3.3.1.5.1. Crimes eleitorais. Compatibilidade constitucional. Fontes Normativas. Notícia sobre as principais condutas típicas. Normas de Processo Penal Eleitoral. Competência. Conexão entre os crimes eleitorais e crimes comuns. Foro por prerrogativa de função.

3.3.1.6. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

3.3.1.6.1. Campanha eleitoral 2022. Pré-requisitos para início das campanhas. Contas bancárias e recibos eleitorais. Arrecadação de recursos. Doações. Gastos eleitorais. Sobra de campanha. Comprovação de arrecadação de recursos e realização de gastos. Prestação de contas parciais. Prestação de contas finais.

3.4. PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

3.4.1. CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS

3.4.1.1. TRIBUTAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

3.4.1.1.1. Regime jurídico do agronegócio. IRPF e IRPJ. Lucro real e lucro presumido no agro. Ganho de capital. Arrendamento x parceria rurais. As polêmicas do ITR. Novas perspectivas de análise do Funrural. A contribuição ao SENAR. PIS/COFINS no agronegócio.

3.4.1.2. GESTÃO ESTRATÉGICA DO AGRONEGÓCIO

3.4.1.2.1. Ondas de Revolução (dos primórdios da humanidade até os dias de hoje); a natureza das empresas agroindustriais de alta performance; a criação de cenários competitivos para o agronegócio; empresas agroindustriais como organismos vivos; a gestão estratégica do agronegócio brasileiro; planejamento estratégico aplicado ao agronegócio brasileiro; estratégias competitivas e escopo organizacional (a gestão da mudança).

3.4.1.3. CONTRATO DE TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO – IMPLICAÇÕES SIGNIFICATIVAS

3.4.1.3.1. Contrato de trabalho e relação de trabalho. Contrato de trabalho rural. Principais institutos do contrato de trabalho rural. Contratos afins na atividade rural. Meio ambiente do trabalho. Direito fundamental à saúde do trabalhador. Segurança e higiene do trabalhador e do local de trabalho. Trabalho análogo ao de escravo no meio rural.

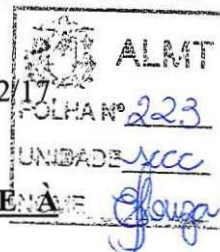
3.4.1.4. COMPLIANCE NO AGRONEGÓCIO

3.4.1.4.1. Compliance no Brasil: Programa Efetivo e Cultura de Integridade. Programa de prevenção e resolução de conflitos de interesses. Cidadania e Compliance na efetivação dos direitos fundamentais. O custo e os benefícios do Compliance. Boas práticas de proteção dos direitos de conformidade com o Compliance. Resultados e vantagens do Compliance no Agronegócio: conformidade interna e externa. O cumprimento de atos, regulamentos, normas e leis internas e externas que englobam o setor. Análise e minimização dos riscos. Selo Agro

4/20



+ Integridade – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Portaria 2.462/17
Boas práticas de gestão, sustentabilidade e ética.



3.4.1.5. A TUTELA INFRACIONAL PLENA DO MEIO AMBIENTE FACE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO – ROTA DE COLISÃO

3.4.1.5.1. Princípios ambientais. O Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um Direito Humano. Especificidades da Tutela Ecológica Humana. Responsabilidade Tricotômica Constitucional. A evolução do conceito de infração ambiental. Tipos Administrativos. Tipos penais de maior e de menor potencial ofensivo. Código Florestal e retrocessos. Medidas despenalizadoras e Termos de Ajustamento de Conduta.

3.4.1.6. AGRONEGÓCIO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E POLÍTICA COMERCIAL AGRÍCOLA: PERSPECTIVAS PARA O BRASIL NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, OCDE, BRICS E AGENDA 2030

3.4.1.6.1. Direito Internacional Econômico. Direito do Comércio Internacional. Sistema multilateral do comércio. Sistema GATT/OMC; Organização Mundial do Comércio; Órgão de Solução de Controvérsias (OSC); comércio de bens; Rodada Doha; política externa e agenda agrícola; relações comerciais bilaterais e regionais; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE BRICS; MERCOSUL; China; Estados Unidos; indicadores globais de comércio; Política comercial; tarifas de bens agrícolas e não agrícolas; agricultura; barreiras técnicas, barreiras sanitárias e fitossanitárias; defesa comercial; antidumping, medidas compensatórias, salvaguardas; bens agrícolas e sustentabilidade; G20 Agrícola e o Grupo sobre Acesso ao Mercado de Produtos Não Agrícolas (Nama-11); Agenda 2030; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

3.4.1.7. ADVOCACIA NO AGRONEGÓCIO

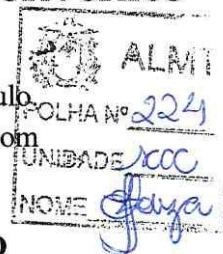
3.4.1.7.1. Advocacia preventiva: como prevenir e evitar conflitos. Advocacia administrativa e contenciosa. Principais questões da tributação. Revisão de contratos com débitos vinculados a crédito rural. Revisão de contratos futuros de grãos: precedente jurisprudencial. Tipos societários empresariais. Startup. LGPD. Processo de execução.

3.4.1.8. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS E A VIABILIDADE DO NEGÓCIO

3.4.1.8.1. Legislação ambiental. Avaliação de danos ambientais. Métodos utilizados na avaliação do dano ambiental. Valoração do dano ambiental. Estudo, licenciamento e relatório de impacto ambiental. Passivos e dano ambiental.

3.4.1.9. TUTELA JURISDICIONAL DA PROPRIEDADE E DA POSSE





3.4.1.9.1. Propriedade: aquisição e perda. Aquisição da propriedade pelo registro do título Tutela jurisdicional da propriedade e da posse. Ações possessórias. Usucapião: espécies com ênfase para o usucapião rural. Análise jurisprudencial.

3.4.1.10. DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL NA SEARA DO AGRONEGÓCIO

3.4.1.10.1. Os serviços notariais e registrais e seus benefícios para a sociedade. Breve situação do direito notarial e registral, seus princípios. A fé pública notarial e registral. Escrituras públicas de imóveis rurais. Aquisição de imóveis rurais por estrangeiro. Usucapião extrajudicial, georreferenciamento e CAR, breves considerações. Ata notarial como apoio aos negócios rurais. Financiamento rural e garantias reais no registro de imóveis e a facilitação de crédito para o agronegócio. As garantias para o agronegócio no registro de títulos e documentos. O protesto de letras e títulos e outros documentos de dívidas como ferramenta de cobrança no agronegócio. A regularização fundiária, o estatuto da terra e o direito agrário no direito registral, breves considerações.

3.4.1.11. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA UM AGRONEGÓCIO SOCIALMENTE CORRETO

3.4.1.11.1. Direito Agrário e concepções históricas 2. Direito Agrário contemporâneo e justiça agrária 3. Direitos de propriedade e posse rural 4. Regularização Fundiária Rural 5. Aspectos registrais da regularização fundiária 6. O processo administrativo de regularização fundiária 7. Agronegócio socialmente adequado e a regularização fundiária de áreas rurais 8. A regularização judicial e jurisdicional: a atuação atípica das Comissões Estadual e Municipais de Regularização Fundiária 9. A proatividade judicial (ativismo judicial) na regularização fundiária. Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça acerca da Regularização fundiária.

3.4.1.12. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DIREITO FALIMENTAR AGRONEGOCIAIS

3.4.1.12.1. Diferenciais conceituais: os institutos da falência e da recuperação judicial 2. Requisitos, legitimidade e juízo competente 3. Créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial 4. Rito processual da recuperação judicial 5. Elaboração, cláusulas de negociação, cumprimento do plano e a função do administrador judicial 6. Conceito de empresário e da sociedade empresária 7. Lei de Recuperação judicial e as exigências da comprovação do exercício regular da atividade empresária e da certidão de regularidade 8. Produtor rural e sua importância para o Agronegócio 9. Produtor rural em exercício de atividade sem registro na Junta Comercial e a possibilidade de ingresso com o pedido de Recuperação Judicial. Possibilidade de pedido de registro momentos antes do pedido de Recuperação Judicial? 10. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e enunciados da Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal acerca da recuperação judicial do produtor rural 11. Impactos sociais e econômicos no Agronegócio da decisão que reconheceu o direito de formulação do pedido de recuperação judicial pelo produtor rural.



3.4.1.13. AGRONEGÓCIO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES NEGOCIAIS PRIVADAS: PERSPECTIVAS DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, NOVAS TECNOLOGIAS E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS.

3.4.1.13.1. Direito do comércio internacional; 'lex mercatoria'; contratos internacionais; mecanismos de solução de disputas internacionais e agronegócio; arbitragem comercial internacional; litígios comerciais transnacionais e bens agrícolas; tipologia dos contratos internacionais do comércio; International Grains Council (IGC); International Grains Agreement (IGA); Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG); usos comerciais; cláusulas comerciais internacionais; INCOTERMS; negociações dos contratos internacionais; garantias e execução nos contratos internacionais; contratos de compra e venda; contratos de produção; contratos de distribuição; propriedade intelectual e agronegócio; patentes; marcas, desenhos industriais; programas de computador; variedades vegetais; UPOV; biotecnologia; proteção de dados e tecnologias do campo; segurança cibernética e drones; protocolos de segurança de dados e compliance digital.

3.4.1.14. RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO AGRONEGÓCIO

3.4.1.14.1. Hidrologia básica: aplicações da hidrologia; ciclo hidrológico; estrutura das bacias hidrográficas; classificação de corpos d'água superficiais e subterrâneos; balanço hídrico. Principais questões socioambientais relacionadas ao uso recurso hídrico no Brasil. Histórico de uso, gestão e proteção dos recursos hídricos no Brasil. Caracterização da água no ordenamento jurídico brasileiro. Política Nacional dos Recursos Hídricos (L. 9433/1997): planos de recursos hídricos; enquadramento e classificação do uso de corpos d'água (Resoluções CONAMA 357/2005 e 397/2008); outorga de direito de uso de recurso hídrico. Gestão do recurso hídrico: Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos de recursos hídricos, outros tipos de conselhos. Código Florestal e uso dos recursos hídricos. Licenciamento ambiental das atividades que impactam os recursos hídricos. Proteção dos recursos hídricos em Mato Grosso: estudos de caso e regulamentos em nível estadual.

3.4.1.15. DIREITO DO AGRONEGÓCIO: TUTELA DA PROPRIEDADE RURAL, TEORIA E PRÁTICA.

3.4.1.15.1. Introdução: questão fundiária e propriedade. Constitucionalização do Direito Civil e os Direitos Reais: a propriedade privada na Constituição. O imóvel rural no Brasil. Terras devolutas e outros bens públicos. Função Social do imóvel rural e a reforma agrária. Teoria Geral da Posse. Classificação da Posse. Aquisição e Perda da Posse. Efeitos da Posse. Usucapião. Propriedade: conceito e modalidades. Aquisição e perda de propriedade. Novas formas de titularidade. Direitos reais limitados. Ações Possessórias e Petitórias: aspectos práticos de direito material.

3.4.1.16. AGRONEGÓCIO E TUTELA DO MEIO AMBIENTE

7/20



3.4.1.16.1. Teoria geral do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Tutela constitucional do Direito Ambiental. O licenciamento ambiental. Teoria do processo administrativo. Licenciamento ambiental e competência constitucional. Natureza jurídica da Licença Ambiental. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Regime jurídico das licenças. Perfeição, validade e eficácia dos atos administrativos. Licenças e autorizações. Modalidades de extinção. Licença e direito intertemporal. Teoria e prática.



3.4.1.17. DIREITO NEGOCIAL DO AGRONEGÓCIO

3.4.1.17.1. Propriedade como relação complexa. Direitos e deveres em matéria de propriedade agrária. Contratos agrários típicos: arrendamento e parceria – traços distintivos e efeitos. Falsa parceria. Contratos agrários atípicos. Contratos agrários simulados. Títulos de Crédito Agrários. Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária. Cédula de Produtor Rural. Letra de Crédito. Certificado de Direitos Creditórios. Warrants do Agronegócio. Decisões Judiciais.

3.4.1.18. AGRONEGÓCIO EM NÍVEIS: DO PLANALTO E PLANÍCIE

3.4.1.18.1. Biomas em Mato Grosso. Bacias hidrográficas e peculiaridades. Propriedade e meio ambiente. Bens ambientais e limitações administrativas. Aspectos ambientais do uso do solo e dos recursos hídricos no planalto, planície e pantanal. Código Florestal e Regime jurídico da flora. Aspectos da responsabilidade e desafios à conservação: Impactos, mitigação e Compensações.

3.4.1.19. AGRONEGÓCIO NO ÂMBITO DO DIREITO BANCÁRIO

3.4.1.19.1. A dependência do agronegócio em relação ao sistema financeiro brasileiro. Modelos de financiamento do agronegócio. Títulos de crédito do agronegócio. A relação jurídica do agronegócio com as instituições financeiras. Tutelas específicas para tratamento do superendividamento no agronegócio.

3.4.1.20. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO

3.4.1.20.1. Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. Metodologia do ensino jurídico na pós-modernidade. A constitucionalização do direito e o ensino jurídico. Questão nuclear da qualidade do ensino jurídico no país. Métodos de ensino em Direito e a problematização: articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino jurídico participativo. Ensinabilidade e os recursos tecnológicos. O Ensino Jurídico do Direito Processual Civil.

3.5. PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO:

3.5.1. CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS:

3.5.1.1. TEORIA DO ESTADO E FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO:

8/20





3.5.1.1.1. Direito, Direito Constitucional e Teoria do Estado. Estado e Sociedade; Estado e Política; Estado e Direito; Estado de Direito e Exceção; o Estado e Direito Público; Estado de Direito e Constituição; Fundamentos teóricos e estruturantes do Estado Constitucional; a Supremacia da Constituição; a Força Normativa da Constituição; A Rigidez Constitucional; Princípios e Regras Constitucionais; A Interpretação e Aplicabilidade Direta das Normas Constitucionais; O Regime Político; A Democracia na Constituição; A Separação de Funções; Igualdade, Legalidade e Justiça; A República na Constituição; O Presidencialismo na Constituição; A Federação; A Defesa da Constituição; A Efetividade dos Direitos Fundamentais; Desafios do Estado Constitucional na Contemporaneidade.

3.5.1.2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E PODER EXECUTIVO

3.5.1.2.1. A organização político-administrativa do Estado. A Federação brasileira. Entes federativos. Competências. Intervenção federal e estadual. Administração Pública Direta e Indireta. Poder Executivo. Os Ministros de Estado e os Conselhos.

3.5.1.3. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.5.1.3.1. Princípios Constitucionais Processuais e o novo CPC. Direito de Ação e Petição. Ações Constitucionais: Mandado de Segurança Individual. Mandado de Segurança Coletivo I. Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/16. O Direito de Propriedade como Direito Fundamental e a proteção por meio das Ações Petitórias e Possessórias. Ações de Controle Concentrado. O papel de estabilização do Precedentes. Precedentes Vinculantes. Precedentes Persuasivos.

3.5.1.4. PODER JUDICIÁRIO: CRÍTICAS E PROPOSTAS

3.5.1.4.1. Judiciário, Constitucionalismo e Estado de Direito; Judiciário e Democracia; Judiciário e separação de funções; Acesso à jurisdição/acesso à Justiça; Interpretação/aplicação do Direito pela Magistratura; jurisprudência defensiva; poder contra majoritário; Judiciário e direitos sociais; omissões inconstitucionais; ativismo judicial; a autonomia administrativa e financeira; Estatuto da Magistratura; Juízes, redes sociais e ética; o Judiciário e o princípio republicano; o juiz de garantias; corrupção e devido processo; inteligência artificial; abuso de autoridade; justiça restaurativa; o Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional; o STF e as súmulas vinculantes; Jurisdição constitucional e convencionalidade; O Superior Tribunal de Justiça: organização e competências; a Justiça Federal comum e especializada; a Justiça dos Estados e a Justiça nos Estados; o Conselho Nacional de Justiça: estrutura e competências; decisões paradigmáticas do Judiciário brasileiro; a crise de efetividade e a potencialização da oferta jurisdicional.

3.5.1.5. ESTADO CONTEMPORÂNEO: REGULAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.





3.5.1.5.1. Concepções de Estado, desde as clássicas às contemporâneas, com especial enfoque para o nível de eficácia da atividade estatal em sua relação com a economia. Teoria da Regulação Econômica: dogmática clássica e críticas contemporâneas em relação ao modelo adotado pelo sistema jurídico brasileiro. Fundamentos da regulação. Transparência e razões à atuação da administração pública. Dinâmica da regulação e órgãos de controles e agências reguladoras. Autoridade da concorrência e livre iniciativa. Estudos de Casos da jurisprudência brasileira. Inovação e tecnologias: desafios ao Estado e ao Direito.

3.5.1.6. DESAFIOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

3.5.1.6.1. A constitucionalização dos direitos e os seus efeitos. Teoria dos Direitos Fundamentais. Os direitos fundamentais individuais: categorias, titulares, tipologia e garantias. A recepção dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos na ordem constitucional brasileira e a sua natureza jurídica. Os direitos fundamentais sociais: tipologia, efetividade, exigibilidade e limites. O Supremo Tribunal Federal e os direitos fundamentais. Os desafios à concretização responsável dos direitos fundamentais pela administração pública brasileira. Direitos Fundamentais em tempos de crise.

3.5.1.7. TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

3.5.1.7.1. Considerações introdutórias sobre direitos humanos e fundamentais no novo constitucionalismo; a nova “*summa divisio*” constitucionalizada no Brasil (Título II, Capítulo I, da CR/1988 – direitos e deveres individuais e coletivos) e o princípio constitucional da prevenção geral como diretrizes importantes para a compreensão do direito fundamental à tutela jurídica adequada; a tutela jurídica, jurisdicional e extra jurisdicional, à luz do acesso à justiça como método de pensamento; a tutela jurisdicional e a importância do controle de constitucionalidade na proteção das normas sobre direitos humanos e fundamentais; a tutela jurisdicional dos direitos ou interesses coletivos, amplamente considerados, na condição de direitos fundamentais; aspectos pontuais sobre a tutela jurisdicional dos Direitos Humanos e Fundamentais no sistema jurídico brasileiro. Estudar os Direitos Fundamentais em Épocas Extraordinárias.

3.5.1.8. JURISDIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

3.5.1.8.1. Jurisdição, Ação, Defesa e Processo no Estado Constitucional. Jurisprudência como fonte do direito. Atribuição constitucional de efeito vinculante às decisões judiciais de constitucionalidade. Súmulas vinculantes e reclamação constitucional. Gradativa incorporação do sistema de precedentes judiciais no ordenamento jurídico brasileiro. Ampliação infraconstitucional dos efeitos vinculantes. Repercussão geral. Ações e recursos repetitivos. Força e amplitude das decisões judiciais, da jurisprudência, dos precedentes e das súmulas no novo Código de Processo Civil. Nova reclamação. Fundamentação das decisões amparadas em precedentes. Nova dinâmica processual – aplicação, seguimento, distinção consistente, distinção inconsistente, superação. Explicitação dos fundamentos da decisão

10/20



colegiada majoritária. Efeito vinculante das decisões que concretizam soluções condicionadas às circunstâncias.

3.5.1.9. DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO COM ÊNFASE EM LICENCIAMENTO AMBIENTAL

3.5.1.9.1. Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Tutela Constitucional do Direito Ambiental. O Licenciamento Ambiental. Teoria do processo administrativo. Licenciamento Ambiental e Competência Constitucional. Natureza Jurídica da Licença Ambiental. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Regime Jurídico das licenças. Perfeição, validade e eficácia dos atos administrativos. Licenças e Autorizações. Modalidades de extinção. Licença e Direito intertemporal.

3.5.1.10. TUTELA CONSTITUCIONAL DO CONFLITO AGRÁRIO I

3.5.1.10.1. A Questão Fundiária no Contexto Jurídico Constitucional Brasileiro. Evolução Histórica da Ocupação do Território e da Formação Fundiária Brasileira – O Regime das Sesmarias – A Lei nº 601/1850 – A tutela Constitucional da Função Social da Propriedade e o Estatuto da Terra. II - Identidade e Relações entre Direito Agrário e Direito Urbanístico - Competências Normativas no Direito Agrário e no Direito Urbanístico – Município e Cidade: zona urbana e zona rural, parcelamento do solo – Normas Constitucionais que Informam o Regime Jurídico Agrário e Urbanístico – Bens Públicos e Terras Particulares – Panorama das Terras Devolutas. III- O Conflito Agrário e a Proteção Possessória - O Estatuto da Terra e suas inovações no campo do direito social - Conceitos de reforma agrária e política agrícola – Módulo Rural, Minifúndio e Latifúndio – A Desapropriação do imóvel como de interesse social para efeito de reforma agrária – A posse no ordenamento jurídico brasileiro – Usucapião Rural – Conflitos fundiários agrários e a violência no campo – Proteção Possessória e os Litígios Coletivos pela Posse de Terra Rural.

3.5.1.11. TUTELA CONSTITUCIONAL DAS VULNERABILIDADES

3.5.1.11.1. Sentido e evolução dos direitos humanos. O princípio da igualdade e suas dimensões filosóficas. Discriminação e medidas de ação afirmativa. Tutela Jurisdicional. Caracterização e Proteção Jurídica das Pessoas e Grupos Vulneráveis. Instrumentos jurídicos para o Enfrentamento da Vulnerabilidade. Considerações teóricas e casos concretos de alguns Grupos Vulneráveis. Afrodescendentes. Indígenas. Mulheres. Crianças, Adolescentes e Idosos. Pessoas com deficiência. Minorias e Direito à identidade de gênero. Perspectiva de gênero à equidade entre homens e mulheres. Consumidores Vulneráveis. Princípio da Solidariedade. Vulnerabilidades e deveres de Estado.

3.5.1.12. DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO

3.5.1.12.1. Postulados Constitucionais do Direito Administrativo: organização, função e regime jurídico. Princípios constitucionais gerais explícitos: Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, Eficiência e Moralidade. Princípios constitucionais estruturantes implícitos:

11/20



Supremacia do Interesse Público e Indisponibilidade dos Interesses Públicos. Princípios constitucionais gerais implícitos: proporcionalidade, motivação e segurança jurídica. Interpretação hermenêutica do Direito Público e a nova LINDB: consequencialismo e pragmatismo. Ato administrativo e seu controle: tipologia, jurisdição, autotutela, controle judicial e as novas tecnologias.

3.5.1.13. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: EFICIÊNCIA E ANÁLISE ECONÔMICA

3.5.1.13.1. Análise econômica do direito: noções e fundamentos. Administração Pública sob a ótica da análise econômica do direito. Instituições Jurídicas, administração pública e a busca da eficiência. Ordem Pública de Controle e de Direção. Contratos públicos: Moralidade, custos e como inibir o oportunismo dos contratantes. A análise de impacto regulatório na administração pública. Consequencialismo nas decisões da administração pública.

3.5.1.14. COMPLIANCE E INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3.5.1.14.1. Introdução ao tema e análise do cenário da Corrupção no país. Fundamentos e desafios do compliance na Administração Pública - (in)constitucionalidade. Parâmetros necessários de um sistema de integridade na Administração Pública. Licitação - corrupção nas três fases da contratação. Como se aplica o compliance nas Contratações Públicas: 1) Obrigação contratual; 2) Critério de desempate; 3) Redução de sanção e 4) reabilitação. Obrigação contratual – Análise normativa. Obrigação contratual – GRI. Critério de Desempate, Redução de sanção e Reabilitação - NLLC e Portaria 1241/2020 CGU. Análise Crítica da avaliação e certificação dos programas. Gestão de riscos na Administração Pública – mapa e matriz de riscos.

3.5.1.15. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3.5.1.15.1. Nova Lei de Licitações. Os princípios do novo regime de contratação pública brasileiro. Licitações e Contratos Administrativos. Novo Marco Legal de Contratação Pública para as Entidades da Administração Direta, Autarquia e Fundacional. Inovações da Nova Lei: fase de planejamento da contratação (etapa preparatória), nas licitações, nas contratações diretas e nos contratos administrativos. Visão sistêmica do processo de contratação. Direito intertemporal.

3.5.1.16. GESTÃO ECONÔMICA DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

3.5.1.16.1. Projeto de concessão de serviço público ou de obra pública: sua estruturação, celebração e gestão do contrato. Etapas necessárias para a celebração de um contrato de concessão comum ou de PPP. Estudo dos processos de manifestação de interesse, a alocação de riscos, a análise do value for money e a elaboração do edital. Avaliação sobre cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo e financiamento, sob o ponto de vista da gestão. O cenário dos contratos de concessão pós-COVID-19.

3.5.1.17. NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA





3.5.1.17.1. Principais Modificações da Nova LIA. Punição dos Atos Dolosos. Novas Diretrizes e as importantes modificações. Interpretação e Análise da Lei. Defesa da probidade administrativa e do erário público. Preservação dos direitos e garantias fundamentais do investigado.

3.5.1.18. LICITAÇÕES: DOS RECURSOS EM GERAL

3.5.1.18.1. Direito de Petição Preclusão administrativa e prescrição e o princípio do formalismo moderado. Processo administrativo. Lei 9784/99, Lei n. 13655/18. Controle do procedimento. Espécies recursais (Impugnação e Pedido de Esclarecimentos, Recurso Hierárquico; Representação; Pedido de Reconsideração). Rito recursal (procedimentos e exigências, prazos, formalidades). Teses aplicáveis e questões na análise dos Recursos. A Representação Perante os Tribunais de Contas. Tramite e exigências.

3.5.1.19. CRIMES ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

3.5.1.19.1. Crimes contra a Administração Pública. Direito Administrativo Sancionador. Bem Jurídico Tutelado: patrimônio público e a propriedade administrativa. Sistema Tributário Constitucional e os Crimes Penais. Improbidade Administrativa e Combate à Corrupção.

3.5.1.20. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO

3.5.1.20.1. Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. A metodologia tradicionalista: o positivismo e a subsunção. Metodologia jurídica e pós-modernidade. A constitucionalização do direito e o ensino jurídico. Métodos de ensino em Direito e a problematização: articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino jurídico participativo. Ensinabilidade e os recursos tecnológicos. O Ensino Jurídico do Direito Constitucional e Direito Administrativo.

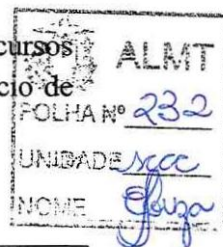
CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento – Exercício de 2022.

	NÚMERO	HISTÓRICO
REDUZIDA	11	-
PROJETO /ATIVIDADE	2.007	Manutenção de Serviços Administrativos Gerais
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO	300	Recursos do Tesouro - Ordinários

13/20

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.



CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O presente Instrumento de Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da ALMT, podendo ser prorrogada, até a finalização da prestação dos serviços, desde que cumpridos todos os requisitos legais.

5.2. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto desta contratação, a **CONTRATADA** compromete-se a:

6.1.1. Fornecer meios pedagógicos adequados à realização das aulas, a saber:

6.1.1.1. Indicando um coordenador pedagógico para os cursos;

6.1.1.2. Obedecendo o conteúdo programático proposto nas aulas a serem ministradas, de acordo com o estabelecido em sua proposta;

6.1.1.3. Executar os cursos com todos os professores constantes na proposta de preços e documentos anexos, cumprindo a carga horária proposta, em caso de necessidade irrefutável de alteração de profissionais (professores), esta deverá ser submetida a fiscalização do contrato para aprovação, devidamente documentada, inclusive com currículo do profissional que fará a substituição.

6.1.1.4. Acompanhando o desenvolvimento do conteúdo programático por intermédio de avaliações periódicas, visando o melhoramento contínuo do processo de ensino;

6.1.1.5. Coordenando as atividades dos agentes vinculados à realização de aulas, que seja adequado ao objeto do presente;

6.1.1.6. Elaborando as instruções ou regulamentos das aulas, tais como: grade e carga horária, número de participantes ou pós-graduandos.

14/20



6.1.2. Fornecer apoio administrativo necessário para o desenvolvimento das atividades, a saber:

6.1.2.1. Prestando apoio logístico e de secretaria aos pós-graduandos (recepção, inscrição, matrícula, seminários, palestras, encontros ou similares, elaboração de pautas de chamadas, utilização de linha telefônica, permissão para uso de instalações, móveis e utensílios de propriedade da **CONTRATADA**, água, luz, limpeza e conservação das instalações e equipamentos, etc.);

6.1.2.2. Confeccionando e distribuindo apostilas, transparências e textos preparados pelos professores, expositores ou palestrantes, que serão utilizados no evento.

6.1.3. Contratar professores, observando os padrões de aptidão e qualificação profissional, estabelecendo o valor da remuneração e cumprindo com as obrigações sociais e fiscais decorrentes da execução do Instrumento;

6.1.4. Expedir certificados, diplomas, títulos ou comprovantes previstos na programação cursos, para os participantes que obtiverem presença mínima de 75% (setenta e cinco por cento);

6.1.5. Desempenhar todas as demais atividades e tarefas inerentes ao pleno e fiel cumprimento dos objetivos ora convencionados;

6.1.6. Tornar disponíveis as informações produzidas e/ou coletadas que venham a ser de interesse da **CONTRATANTE** e que estejam de acordo com as áreas de atuação estabelecidas neste ajuste;

6.1.7. Comunicar a **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as faltas reiteradas do pós-graduando quando estas extrapolarem o limite mínimo exigido para aprovação na respectiva disciplina, bem como a sua desistência quando expressamente manifestada;

6.1.8. Manter sigilo compatível com o exercício de suas atividades, no tocante a documentos obtidos junto à Contratante, utilizando-os somente para os fins do presente Contrato;

6.1.9. Executar de acordo com sua proposta, normas legais e cláusulas deste contrato, o objeto contratado, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento de suas obrigações;

6.1.10. Prover suporte aos serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado;

6.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

6.1.12. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a empresa, após a contratação do serviço requisitado;
- 7.2. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
- 7.3. Fiscalizar a contratação por meio de servidor formalmente designado pela **CONTRATANTE**;
- 7.4. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 7.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Durante a vigência desta contratação, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
- 8.1.1. A atestação de conformidade da prestação dos serviços cabe ao fiscal do contrato, servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA NONA – DOS CUSTOS E DO PAGAMENTO

- 9.1. O valor total nos termos propostos para o curso de pós-graduação Latu Senso Direito Constitucional e Direito Administrativo é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), transferidos à Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso em 12 (doze) parcelas iguais/mensais, de acordo com os termos da proposta de preços.
- 9.1.1. A **CONTRATANTE** transferirá mensalmente o valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- 9.1.2. O custo total, por discente, será de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), o que representará um custo mensal, por discente, de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).
- 9.2. O valor total nos termos propostos para o curso de pós-graduação Latu Senso Direito e Gestão do Agronegócio é de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), transferidos

16/20



à Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso em 12 (doze) parcelas iguais/mensais, de acordo com os termos da proposta de preços.

9.2.1. A **CONTRATANTE** transferirá mensalmente o valor total de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

9.2.2. O custo total, por discente, será de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), o que representará um custo mensal, por discente, de R\$ 650,00 (setecentos e cinquenta reais).

9.3. O discente que, por qualquer motivo, deixar de cumprir as atividades exigidas pelo curso e deixar de concluí-lo, mas mantiver o vínculo com a **CONTRATANTE**, deverá reembolsar, aos cofres públicos, a soma dos valores individuais mensais pagos até a data da sua exclusão no curso.

9.4. O discente que, por qualquer motivo, deixar de ter vínculo com a **CONTRATANTE**, deverá, obrigatoriamente, passar a arcar mensalmente com as mensalidades do curso de pós-graduação, a contar da data de sua exoneração, podendo permanecer matriculado no curso até a sua conclusão.

9.4. A **CONTRATADA** obriga-se a manter aos servidores eventualmente exonerados no decorrer da realização dos cursos todas as condições e valores aqui pactuados.

9.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária para crédito na conta indicada na proposta da à Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso;

9.6. O valor total do termo proposto para Curso de Extensão em Direito Eleitoral é de R\$ 31.590,00 (trinta e um mil e quinhentos e noventa reais), transferidos à Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso em parcela única, acrescida no primeiro pagamento dos cursos de pós-graduação de acordo com os termos da proposta de preços.

9.6.1. O custo total, por aluno, será de R\$ 1.053,00 (mil e cinquenta e três reais).

9.7. Realizados os serviços a **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal emitida para fins de liquidação e pagamento, acompanhada dos seguintes documentos:

9.7.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.7.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União incluindo às contribuições previdenciárias;

9.7.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.7.4. Certidões Negativas de Débitos junto a Fazenda Estadual, do domicílio sede da **CONTRATADA**.

9.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT;



9.8. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa do serviço contratado por este Poder Legislativo, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.9. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação da nota fiscal/fatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, acarretando as consequências do art. 80, todos da Lei nº 8.666/93, nas seguintes hipóteses:

a) A critério da **CONTRATANTE** nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste Contrato, bem como na eventual ocorrência das situações ou fatos previstos nos incisos IX, X, XII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

b) Na ocorrência das hipóteses dos incisos XIII, XIV, XV, XVI e XVII do artigo 78, da Lei 8.666/93;

10.2. Em caso de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no artigo 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação.

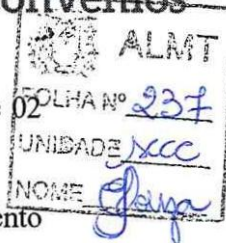
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em caso de descumprimento das condições estabelecidas ou não veracidade das informações prestadas, a **CONTRATADA**, garantida prévia defesa, estará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais relacionadas no art. 87 da Lei nº 8.666/93:

I - Advertência, nos casos de irregularidades de pequena monta;

II - Multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da nota fiscal/fatura, por dia de atraso no prazo proposto cumprimento do objeto, ficando limitado este percentual em 10% (dez por cento). Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias considerar-se-á rescindido a contratação;

III - Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor da contratação por infração de qualquer outra Cláusula deste Termo de Referência, que será dobrada em caso de reincidência;



IV - Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.2. A recusa injustificada da **CONTRATADA** em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

11.3. Se a **CONTRATADA** não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

11.4. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber desta **CONTRATANTE**, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa.

11.5. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

11.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

11.7. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**.

11.8. Constatado que a **CONTRATADA** contrariou a norma estabelecida no art. 96 da Lei nº 8.666/93, responderá criminalmente pelos atos praticados devendo a Administração fazer a devida Representação junto ao Ministério Público Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

12.1. Para Execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de que quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

13.1. A legislação aplicável a este Contrato será a Lei nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 840/2017, e, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), demais legislações pertinentes e as condições e especificações estabelecidas no edital de licitação e seus anexos, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, 11 de março de 2022.

<u>CONTRATANTE</u> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ nº 03.929.049/0001-11	<u>DEPUTADOS – MESA DIRETORA</u> Dep. Eduardo Botelho: _____ Presidente Dep. Max Russi: _____ 1º Secretário
<u>CONTRATADA</u> FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO CNPJ nº. 97.324.271/0001-34	<u>REPRESENTANTE LEGAL</u> Wesley Sanchez Lacerda RG nº. 1194477 SSP/DF CPF nº. 568.455.881-04
<u>TESTEMUNHA</u> NOME: _____ RG Nº: <u>Midiã Maira C. G. de Sá</u> CPF Nº: <u>CPF nº 021.211.711-42</u> ASSINATURA: <u>RG nº 2820242-1 SSP/MT</u>	<u>TESTEMUNHA</u> NOME: _____ RG Nº: _____ CPF Nº: _____ ASSINATURA: <u>Pablo Gusm</u> Pablo Gusm Analista Legislativo Matrícula 41870 SCCC/ALMT